

1 Contexto Operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A., é uma companhia de capital aberto com ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBOVESPA”) sob o código RUM03, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. A Companhia é controlada direta da Cosan Logística S.A. (“Cosan Logística”), que detém 28,37% do seu capital. Em 1º de abril de 2015 a extinta controladora Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo Logística”) passou a deter o controle integral sobre o capital social da Companhia, atualmente incorporada pela Companhia.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujo objeto seja relacionado com infraestrutura.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da controlada ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (“ALL Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (“ALL Malha Paulista”), ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“ALL Malha Norte”) e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (“ALL Malha Oeste”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

Em 30 de novembro de 2016 foi aprovada a alteração da razão social da Companhia anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A. para Rumo S.A..

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada a operação de incorporação da Rumo Logística pela Companhia (“Incorporação”), nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação”. A operação de reorganização foi efetivada em 31 de dezembro de 2016 e implicou na extinção da primeira, com sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia, nos termos dos artigos 224 a 227 da nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Ainda no âmbito da reorganização, a Companhia aportou os ativos e passivos relacionados às operações portuárias que anteriormente ocorriam na extinta controladora Rumo Logística na nova subsidiária direta do segmento, Elevações Portuárias, através de aumento de capital no valor de R\$672.396. Adicionalmente, a Companhia aportou ativos (vagões e locomotivas) no valor de R\$895.727 na subsidiária direta ALL Malha Norte.

Os efeitos contábeis decorrentes da reorganização societária são apresentados na nota 3.b e a posição financeira e resultados operacionais consolidados da Companhia para o período corrente e para os exercícios subsequentes a esta reorganização não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

A Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$1.092.589 e prejuízo consolidado de R\$1.052.572. Em compensação, apresentou uma geração líquida consolidada de caixa operacional de R\$1.212.750 e efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária no montante de R\$1.479.881, em linha com o seu plano de negócios.

Em 7 de abril de 2016 a antiga controladora Rumo Logística finalizou o processo de capitalização através de uma oferta pública de ações no montante de R\$2.600.000 com emissão de 1.040.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”) e da *Regulation* “S” para investidores estrangeiros.

Em 28 de junho de 2016 foi encerrado o processo de reperfilamento de parte das dívidas da Rumo Logística, da Companhia e da ALL Malha Norte, vencidas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, num valor total de R\$2.925.647 (“Dívidas Reperfiladas”), garantindo maior liquidez para os compromissos de curto prazo e em linha com as iniciativas para sua reestruturação financeira. As dívidas reperfiladas tem prazo de vencimento de 7 (sete) anos, em 13 de junho de 2023.

Em 10 de outubro de 2016, em resposta ao processo de Consulta Prévia relativa ao Plano de Investimento 2015-2018 feita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Rumo Logística recebeu, correspondência do Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais, informando do enquadramento dos projetos apresentados para análise de viabilidade de apoio financeiro em um valor total aproximado de R\$3,5 bilhões. O enquadramento é uma das etapas principais do processo de concessão de financiamento do BNDES. Os demais procedimentos regulamentares ainda deverão ser efetivados junto às áreas competentes do banco.

O aumento de capital aliado ao reperfilamento de dívidas acima mencionado equacionou integralmente o risco de continuidade operacional da Companhia em um horizonte de curto prazo.

a) Concessão de operação ferroviária e terminal portuário

A Companhia detém, através de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
<i>Subsidiárias</i>		
Elevações Portuárias	Março de 2036	Porto de Santos-SP
ALL Malha Paulista	Dezembro de 2028	Estado de São Paulo
ALL Malha Sul	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
ALL Malha Oeste	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Norte	Maio de 2029	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
<i>Coligadas</i>		
Terminal XXXIX	Outubro de 2025	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável a Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 17/CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão dessas controladas e coligadas serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos às controladas, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das controladas, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias domiciliadas no Brasil, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa. Para as controladas localizadas no exterior, cuja moeda funcional difere do Real, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram convertidos pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos da conversão estão registrados em outros resultados abrangentes e no patrimônio líquido.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 11 e 12 - Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 12.

• **Nota 18 – Compromissos de arrendamento operacional**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

• **Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

• **Nota 28 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• **Nota 23 - Pagamento baseado em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 23.

• Nota 17 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais consolidados:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo;
- obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano.

2.5 Apresentação das Informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

A Administração está estruturada em duas vice-presidências, sendo a primeira focada nas operações Sul (composta pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da ALL Malha Sul e da ALL Malha Oeste) e a segunda focada nas Operações Norte (composta pelas operações ferroviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, Elevações Portuárias, da ALL Malha Norte e da ALL Malha Paulista). Um terceiro segmento é composto pela Brado, controlada indireta da Companhia, focada na operação de contêineres e outros resultados das operações de contêineres nas malhas. Com isso, a Companhia passou a apresentar três segmentos: (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

2.6 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

	Participação direta e indireta	
	31/12/2016	31/12/2015
Controladas		
<i>Diretas</i>		
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51,00%	-
Elevações Portuárias S.A. (i)	100,00%	-
Rumo Luxembourg Sarl (ii)	100,00%	-
ALL Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Norte S.A. (iii)	99,48%	99,24%
ALL Participações S.A. (iv)	-	100,00%
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
Brado Holding S.A.	100,00%	100,00%
ALL Serviços Ltda.	99,99%	99,99%
ALL Equipamentos Ltda. (iv)	-	99,99%
ALL Argentina S.A.	90,96%	90,96%
Paranaguá S.A.	99,83%	99,83%
ALL Rail Management Ltda.	50,01%	50,01%
<i>Indiretas</i>		
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A.	62,22%	62,22%
Brado Logística S.A.	62,22%	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
PGT S.A.	100,00%	100,00%

- (i) Empresa constituída em 18 de fevereiro de 2016, controlada direta da Companhia, recebeu o aporte da operação de elevação em 31 de dezembro.
- (ii) *Offshore* constituída em 25 de outubro de 2016, controlada direta da Companhia.
- (iii) Aporte de capital em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$897.899.
- (iv) Empresas incorporadas em 1º de março de 2016 pela controlada direta ALL Intermodal S.A.

a) Combinação de Negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio derivado da transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável (teste de *impairment*). Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes aos pagamentos de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Participação de acionistas não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

c) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, controladas são contabilizadas pelo uso da equivalência patrimonial.

d) Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	<u>Participação direta e indireta</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Coligadas (Equivalência patrimonial)		
Rhall Terminais Ltda.	30,00%	30,00%
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.7 Moeda estrangeira

- **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

- **Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

- **Conversão das demonstrações financeiras das controladas**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- a) os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- b) o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- c) o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior”.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$ 3,2591 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016, R\$ 3,9048 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015.

2.8 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

• Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

- b) **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar, parcelamento de débitos – REFIS, limite de cheque especial bancário e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Capital social

• Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

i) *Hedges* de fluxo de caixa:

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação prevista já não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para lucros ou prejuízos.

e) Passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

A Companhia quitou contratos de empréstimos bilaterais denominados em dólares americanos via Resolução 4131/62 denominados em US\$ equivalente a R\$532.044. A exposição cambial em US\$ dessas operações foi protegida com operações de SWAP resultando em troca de indexador mitigando o risco de variação cambial. As oscilações de valor justo do derivativo contratado são contabilizadas no resultado.

A Companhia designou esses contratos de empréstimo como passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou ao menos reduzir significativamente a inconsistência na mensuração que de outra forma resultaria da mensuração e reconhecimento de ganhos e perdas sobre os empréstimos e os derivativos em diferentes bases. Como resultado, as oscilações de valor justo dos empréstimos contratados são também contabilizadas no resultado.

2.9 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.10 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

2.11 *Intangíveis e ágio*

- **Direito de concessão**

O direito de concessão gerado na combinação de negócios da Rumo S.A. foi alocado integralmente a concessão da ALL Malha Norte e sua amortização será realizada linearmente até o final do contrato de concessão.

- **Ágio**

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial na controladora, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

2.12 Redução ao valor recuperável (impairment)

- **Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs).

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.14 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Transações de pagamento baseado em ações**

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

O plano de previdência da Companhia mesmo sendo substancialmente de contribuição definida, possui um componente com característica variável, cujo risco está atrelado ao pagamento de benefício mínimo e ao acréscimo das contribuições futuras das patrocinadoras nos benefícios em ocasião de Pensão por Morte do contribuinte Ativo, bem como em Aposentadoria por Invalidez, limitado a três salários. Eventual passivo atuarial apurado é registrado pela Companhia.

2.15 *Receita*

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

2.16 *Subvenções e assistências governamentais*

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

2.17 *Arrendamentos mercantis*

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- a) Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.18 *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.19 *Impostos e contribuições*

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

2.20 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.21 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

- Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$236.329.

2.22 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permita aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre lucro

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 8 – Receitas, IAS 11 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

- i. Receita de produtos: as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Dessa forma, não identificamos na Companhia e suas controladas, até o momento, ajustes materiais no reconhecimento dessa receita.
- ii. Receita de serviços: Obrigações de desempenho separadas terão de ser identificados em conexão com a prestação de serviços de transporte.

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não será reapresentado.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.
- A designação de determinados instrumentos patrimoniais não mantidos para renovação com valor justo nos outros resultados abrangentes.

IFRS 16 Arrendamentos

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representar o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes, ou antes, da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado seria o reconhecimento de ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de material rodante e vias permanentes da Companhia e suas controladas. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

3 Combinação de Negócios e reorganização societária

a) Combinação de negócios

Em 1º de abril de 2015, após as devidas aprovações dos órgãos competentes, a antiga controladora Rumo Logística incorporou 100% das ações ordinárias da Companhia por meio de acordo de acionistas, passou a deter o seu controle integral e consolidar os seus resultados.

A incorporação se deu por troca de ações, com a emissão, pela Rumo Logística, de 1.963.670.770 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, representando 65,67% do seu patrimônio líquido, em troca de 100% do capital social da Companhia, representado por 681.995.165 ações ordinárias.

Como resultado da aquisição, a Rumo Logística consolida sua estratégia de participação no segmento de logística e infraestrutura no Brasil, ao incorporar aproximadamente 12.000 km de malha ferroviária presentes nas concessões da Companhia.

Contraprestação transferida

Como base para mensuração do valor justo da contraprestação transferida foi utilizada a cotação das ações da Companhia (“ALLL3”) na BM&F BOVESPA no encerramento do pregão em 31 de março de 2015 ao preço de R\$3,97 por ação. Adicionalmente, o valor foi ajustado pela liquidação de relação preexistente, conforme demonstrado a seguir:

Ações ordinárias adquiridas (681.995.165) a R\$3,97	2.707.534
Liquidação de relação preexistente	29.838
Total da contraprestação transferida	<u>2.737.372</u>

Liquidação da relação preexistente

Em março de 2009, a Rumo Logística e a Companhia firmaram acordo operacional (relação preexistente) para o fornecimento de serviços de logística de transporte de açúcar e outros grãos, a partir do oeste do estado de São Paulo ao Porto de Santos, no qual a Companhia possui concessões portuárias para os serviços de elevação através de sua subsidiária indireta Elevações Portuárias.

De acordo com as condições do contrato preexistente, a Rumo Logística investiu na construção e melhoria de vias permanentes sob concessão da Companhia e aquisição de material rodante para ser utilizado no transporte de produtos na malha ferroviária, com objetivo de aumentar a capacidade de transporte de carga ferroviária na Companhia. Em contrapartida dos investimentos da Rumo Logística, o acordo estabelecia que a Companhia disponibilizaria uma determinada capacidade de serviços de transporte ferroviário, além de remunerar a Rumo Logística por meio do pagamento de uma tarifa, fixada contratualmente, por tonelada de produto transportado pela Companhia na malha ferroviária e/ou pelo uso do material rodante cedido pela Rumo Logística à Companhia.

Esta relação preexistente foi liquidada quando a Rumo Logística adquiriu a Companhia. Como consequência a Rumo Logística obteve um ganho de R\$29.838 como resultado desta liquidação e este montante foi reconhecido na demonstração de resultados como “outras receitas operacionais”.

A mensuração do valor justo da relação preexistente foi baseada na diferença entre o valor do investimento realizado pela Rumo Logística e o fluxo de caixa descontado da remuneração desse investimento, considerando o volume e tarifa contratualmente acordados.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	169.703
Títulos e valores mobiliários	940.689
Contas a receber de clientes	382.576
Estoques	79.115
Outros ativos	1.517.924
Imobilizado	7.206.290
Intangível	7.641.865
Empréstimos e financiamentos	(3.782.919)
Debêntures	(2.856.304)
Arrendamento mercantil	(1.857.947)
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	(340.255)
Fornecedores	(915.213)
Arrendamento e concessão	(1.974.280)
Provisão para demandas judiciais	(458.575)
Outros passivos	(1.619.106)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.164.510)
Participação de não controladores	(231.681)
Total líquido dos ativos identificáveis	<u><u>2.737.372</u></u>

b) Reorganização societária

Incorporação da Rumo Logística

Nos termos dos artigos 224 a 227 da Lei das Sociedades por Ações ("Incorporação"), com o objetivo de finalizar o processo de combinação de atividades que se iniciou em 2014, otimizar e simplificar a estrutura organizacional do grupo econômico ao qual a Companhia pertence, os acionistas aprovaram uma reorganização societária, que ocorreu por meio da incorporação da Rumo Logística pela Companhia, e consequente extinção da primeira, com sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, por deliberação dos acionistas, foi aprovada a incorporação da Rumo Logística cujo capital social na data era de R\$8.051.490, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.339.015.898 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pela Companhia cujo capital social na data era de R\$5.589.982, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 3.694.629.941 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia aumentou em R\$1.424.915, sem afetar a posição de acionistas com relação à participação na Companhia.

Por se tratar de uma incorporação reversa, todas as ações das Companhias antes da incorporação foram canceladas e cada acionista recebeu em substituição às suas respectivas ações, igual quantidade de ações da Companhia após a incorporação. Assim, a relação de troca foi fixada de forma que foram atribuídas aos acionistas da Companhia o total de 1.339.015.898 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Novas Ações”), sendo atribuída, 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Rumo Logística detida pelos atuais acionistas da Companhia, de modo que a emissão das Novas Ações pela Companhia não resultou na diluição dos atuais acionistas da Companhia.

Com a subscrição de ações representativas do capital social da Companhia, no valor de R\$1.424.915 o capital social passou de R\$5.589.982 para R\$7.014.897.

As incorporações de entidades sob controle comum estão fora do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 15. Com isso a Administração observou as disposições da Instrução CVM 319/99, editada antes do CPC 15 e alterada pelas Instruções CVM 320/99, 349/01 e 565/15. No julgamento da Administração, todos os efeitos de valores justos oriundos de combinações de negócios concluídas anteriormente a incorporação foram mantidos na Companhia, principalmente, aquele atribuído ao direito de concessão detido pela subsidiária ALL Malha Norte, uma vez que permanecem válidos os fundamentos econômicos utilizados na sua constituição.

Segue demonstrado o efeito no acervo patrimonial da Companhia:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.001	3.259
Títulos e valores mobiliários	20.970	24.425
Contas a receber de clientes	36.907	53.112
Adiantamentos a fornecedores	831.357	912.121
Outros tributos a recuperar	24.401	17.827
Outros ativos	55.911	38.851
Investimentos em controladas e coligadas	4.005.739	158
Imobilizado	100.392	860.568
Intangível	462.764	6.047.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.117.989)	(1.254.545)
Fornecedores	(22.344)	(53.570)
Ordenados e salários a pagar	(16.772)	(24.950)
Impostos e contribuição social a pagar	(13.714)	(7.490)
Pagáveis a partes relacionadas	(339.201)	(376.883)
Adiantamento de clientes	(17.663)	(37.280)
Outras contas a pagar	(18.859)	(28.999)
Passivo a descoberto	(214.356)	-
Provisão para demandas judiciais	(25.271)	(25.555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(152.808)	(2.497.324)
Participação de acionistas não controladores	-	(48.938)
Ativos líquidos contribuídos	<u>3.602.465</u>	<u>3.602.465</u>
Capital social	<u>1.424.915</u>	<u>1.424.915</u>
Reserva de capital	<u>2.177.550</u>	<u>2.177.550</u>
Total	<u><u>3.602.465</u></u>	<u><u>3.602.465</u></u>

Segregação da atividade de elevação portuária

No acervo patrimonial recebido pela Companhia no âmbito da reorganização, estavam os ativos e passivos relacionado às operações portuárias. Tais ativos e passivos foram aportados na nova subsidiária direta, Elevações Portuárias S.A, dedicada a essa atividade.

A transação foi aprovada pelos acionistas da Elevações Portuárias em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, gerando aumento de capital social da Elevações Portuárias no montante de R\$672.396 mediante a emissão de 672.396.057 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela Companhia referente a contribuição de ativos.

Aporte de material rodante na Malha Norte

Os ativos ferroviários (vagões e locomotivas) que integravam o acervo patrimonial da antiga controladora Rumo Logística, incorporado na Companhia, foram aportados na subsidiária direta ALL Malha Norte, onde tais ativos são utilizados.

A transação foi deliberada pelos acionistas da ALL Malha Norte, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, na qual foi aprovado o aumento do capital social da ALL Malha Norte, no montante de R\$895.727 mediante a emissão de 350.094.082 novas ações ordinárias referente a contribuição de ativos da Companhia.

Em todas as etapas da reorganização, as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base de avaliação e a data da efetiva da reorganização, foram absorvidas pela Companhia, em contrapartida da rubrica de reserva de capital, no patrimônio líquido.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/201	31/12/2016	31/12/201
Reais				
Bancos conta movimento	3.039	3.355	85.107	4.690
Aplicações financeiras	-	168	175.420	31.142
	3.039	3.523	260.527	35.832

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/201	31/12/2016	31/12/201
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	129	145.348	25.728
Operações compromissadas	-	-	26.719	4.242
Fundos de investimento	-	39	-	1.172
Outras aplicações	-	-	3.353	-
	-	168	175.420	31.142

5 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Título e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/201	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	-	-	283.372	234.764
Títulos do governo	59.703	2.266	633.221	273.504
	59.703	2.266	916.593	508.268

Caixa restrito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/201	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	63.474	77.262
Valores depositados em garantia	3.288	-	137.525	123.631
	3.288	-	200.999	200.893

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	59.211	26.049	434.543	156.040
Mercado externo	158	-	15.504	6.282
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.679)	-	(18.586)	(41.085)
	57.690	26.049	431.461	121.237
Circulante	43.385	4.913	417.156	100.101
Não circulante	14.305	21.136	14.305	21.136

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	27.355	25.671	370.249	93.859
Vencidas				
Até 30 dias	16.518	378	36.919	17.249
De 31 a 60 dias	9.025	-	6.330	1.954
De 61 a 90 dias	2.771	-	3.568	3.021
Mais de 90 dias	2.021	-	14.395	5.154
	57.690	26.049	431.461	121.237

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 1º de janeiro	-	(4.101)	(41.085)	(22.255)
Adições	-	(2.869)	(4.063)	(28.560)
Reversões	-	6.970	2.191	9.730
Efeito de reorganização societária ^(a)	(1.679)	-	24.371	-
Saldo em 31 de dezembro	(1.679)	-	(18.586)	(41.085)

(a) O saldo da controladora incorporou a provisão registrada na incorporada. O consolidado foi reduzido pelo efeito de valor justo alocado ao preço de aquisição da Rumo S.A. pela Rumo Logística.

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Peças e acessórios	376	-	244.453	197.614
Combustíveis e lubrificantes	5	-	7.397	9.864
Outros	100	10	32.729	11.738
	481	10	284.579	219.216

8 Outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
COFINS	1.433	901	188.824	210.210
PIS	311	-	45.425	64.280
ICMS (i)	-	-	331.960	310.769
ICMS CIAP (ii)	-	-	174.221	164.500
Outros	42	-	4.384	13.168
	1.786	901	744.814	762.927
Circulante	1.786	901	84.009	170.185
Não circulante	-	-	660.805	592.742
	1.786	901	744.814	762.927

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

9 Partes Relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Cosan S.A. Indústria e Comércio	282	-	440	-
Rumo Logística	-	-	-	72.954
ALL Malha Norte	27.500	1.000	-	-
ALL Malha Paulista	91.886	24.051	-	-
ALL Malha Sul	2.513	-	-	-
Raízen Energia S.A.	2.083	-	14.261	720
Raízen Combustíveis S.A.	149	-	12.412	2.177
Brado Logística S.A	5.606	6.935	-	-
Outros	425	-	1.701	-
	130.444	31.986	28.814	75.851
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
ALL - Argentina	1.428	671	-	-
ALL Malha Paulista	-	6.600	-	-
ALL Malha Sul	-	683	-	-
	1.428	7.954	-	-
Total	131.872	39.940	28.814	75.851

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Logística	-	-	-	90.401
ALL Malha Norte	76	293.012	-	-
ALL Malha Sul	1.818	2.801	-	-
ALL Malha Paulista	398.029	-	-	-
ALL Malha Oeste	-	5.139	-	-
ALL Serviços	-	2.038	-	-
Raízen Energia S.A.	7.021	-	18.431	4.990
Cosan S.A. Indústria e Comércio	17.378	-	17.407	18
Cosan Lubrificantes e Especialidades	356	-	1.854	3.541
Raízen Combustíveis S.A.	1	-	68.151	69.851
Outros	2.107	-	867	-
	426.786	302.990	106.710	168.801
Passivo não circulante				
Operações comerciais				
Rumo Logística	-	-	-	861.288
ALL Malha Norte	-	153.576	-	-
ALL Malha Oeste	-	110.491	-	-
ALL Argentina	4.733	4.733	-	-
Intermodal	-	11.093	-	-
Boswells	20.369	24.401	-	-
Outros	77	359	-	-
	25.179	304.653	-	861.288
Total	451.965	607.643	106.710	1.030.089

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional				
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	-	-	17.445	7.570
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	-	-	122.848	83.569
Rumo Logística	-	-	207.081	81.750
ALL Sul	-	1.540	-	-
ALL Malha Norte	-	12.000	-	-
ALL Malha Paulista	-	29.678	-	-
Outros	-	-	3.999	26
	-	43.218	351.373	172.915
Compras de produtos / insumos				
Raízen Combustíveis S.A. (iii)	-	-	(817.174)	(444.992)
Rumo Logística	-	-	(333.132)	(190.687)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (iv)	-	-	(37.939)	(30.888)
Outros	(335)	-	(183)	(73)
	(335)	-	(1.188.428)	(666.640)
Despesa compartilhada (v)				
Rumo Logística	-	-	(11.928)	-
Raízen Energia S.A.	-	-	(26.431)	(3.894)
	-	-	(38.359)	(3.894)
Resultado financeiro				
ALL Malha Oeste	(12.353)	(18.083)	-	-
ALL Malha Paulista	(53.071)	(43.733)	-	-
ALL Malha Sul	(509)	-	-	-
ALL Malha Norte	(116.418)	(65.600)	-	-
ALL Intermodal	(835)	(123)	-	-
Outros	(7)	(287)	-	-
	(183.193)	(127.826)	(5.492)	-

(i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária.

(ii) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para a Raízen Combustíveis e suas controladas se refere principalmente à transporte de combustíveis.

(iii) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas se refere à compras de combustíveis.

(iv) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 junto à Cosan Lubrificantes se refere à compras de lubrificantes.

(v) Refere-se à rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados do grupo Cosan.

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração regular	5.212	4.987
Bônus e outras remunerações variáveis	2.856	-
	8.068	4.987

10 Investimentos

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Aumento de capital / AFAC	Dividendos	Resultado abrangente	Outros	Amortização do direito de concessão	Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	Saldo em 31 de dezembro de 2016
<u>Controladas</u>												
Elevações Portuárias	1.200	1.197	99,75%	-	-	-	-	-	-	-	654.719	654.719
ALL Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	207.715	(357.768)	150.281	-	-	(228)	-	-	-
ALL Intermodal	91.064.313	91.064.313	100,00%	60.466	1.900	-	-	538	543	-	-	63.447
ALL Serviços	100.000	100.000	100,00%	35.835	(1.891)	-	(24.406)	-	-	-	-	9.538
ALL Equipamentos	304.641	-	0,00%	287	3	-	-	-	(290)	-	-	-
ALL Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%	294.541	(141.348)	245.689	-	(91)	-	(19.012)	(379.779)	-
ALL Malha Norte	1.189.412.363	1.182.993.189	99,46%	3.915.190	109.417	203.156	(239.336)	(101)	69	(29.644)	3.634.389	7.593.140
Boswells	3.265.000	3.265.000	100,00%	24.429	127	-	-	(3.877)	-	-	-	20.679
Rail Management	20.000	10.001	50,01%	379	(283)	-	-	-	-	-	-	96
Brado Holding	500	500	100,00%	322.286	16.626	-	-	-	-	-	21.161	360.073
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.682	99,90%	1.674	(325)	5.141	-	(842)	808	-	-	6.456
Logisport	2.040.816	1.020.408	50,00%	-	-	-	-	-	-	-	75.091	75.091
Outros				-	-	-	-	-	-	-	158	158
				4.862.802	(373.542)	604.267	(263.742)	(4.373)	902	(48.656)	4.005.739	8.783.397
<u>Passivo a descoberto</u>												
ALL Participações	11.878.449	-	0,00%	(9.773)	9.339	-	-	434	-	-	-	-
ALL Argentina	9.703.000	8.826.110	90,96%	(20.087)	(2.027)	-	-	9.748	(7.097)	-	-	(19.463)
ALL Malha Oeste	478.460.074	478.460.074	100,00%	(484.439)	(183.777)	-	-	(78)	-	-	(12.343)	(680.637)
ALL Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	(73.383)	(73.383)
ALL Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	-	(298.372)	43.171	-	(879)	-	-	(128.630)	(384.710)
				(514.299)	(474.837)	43.171	-	9.225	(7.097)	-	(214.356)	(1.158.193)
				4.348.503	(848.379)	647.438	(263.742)	4.852	(6.195)	(48.656)	3.791.383	7.625.204

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Resultado de equivalência	Aumento de capital / AFAC	Dividendos	Resultado abrangente	Resultado de operações descontinuadas	Amortização do direito de concessão	Saldo em 31 de dezembro de 2015
<u>Controladas</u>											
ALL Malha Sul	2.707.642.868.354	2.707.642.868.354	100,00%	404.585	(555.924)	359.054	-	-	-	-	207.715
ALL Intermodal	90.320.767	90.320.767	100,00%	82.105	(21.639)	-	-	-	-	-	60.466
ALL Serviços	100.000	100.000	100,00%	24.507	11.328	-	-	-	-	-	35.835
ALL Equipamentos	304.641	-	0,00%	286	1	-	-	-	-	-	287
ALL Malha Paulista	6.825.424.177	6.825.424.177	100,00%	519.559	(206.096)	-	-	-	-	(18.922)	294.541
ALL Malha Norte	765.326.706	759.559.783	99,25%	3.808.572	167.868	-	(31.606)	-	-	(29.644)	3.915.190
Boswells	3.265.000	3.265.000	100,00%	16.749	(182)	-	-	7.862	-	-	24.429
Rail Management	20.000	10.001	50,01%	2.820	(733)	-	(1.708)	-	-	-	379
Brado Holding	500	500	100,00%	360.247	(24.355)	-	(13.606)	-	-	-	322.286
Paranaguá S.A.	5.460.802	5.454.851	99,89%	85	(10.956)	11.167	-	1.378	-	-	1.674
				5.219.515	(640.688)	370.221	(46.920)	9.240	-	(48.566)	4.862.802
<u>Passivo a descoberto</u>											
ALL Participações	11.878.449	-	0,00%	(9.259)	(1.181)	-	-	667	-	-	(9.773)
ALL Argentina	9.703.000	8.826.110	90,96%	(10.799)	-	-	-	2.411	(11.699)	-	(20.087)
ALL Malha Oeste	478.460.074	478.460.074	100,00%	(342.748)	(141.691)	-	-	-	-	-	(484.439)
				(362.806)	(142.872)	-	-	3.078	(11.699)	-	(514.299)
				4.856.709	(783.560)	370.221	(46.920)	12.318	(11.699)	(48.566)	4.348.503

b) Consolidado

Coligadas	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Rhall Terminais	28.580	8.574	30,00%	3.845	(200)	-	-	3.645
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	5.138	2.531	-	-	7.669
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	19.701	2.429	(3.753)	158	18.535
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.558	3.620	(2.180)	-	16.998
Total				44.242	8.380	(5.933)	158	46.847

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Resultado de equivalência	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Rhall Terminais	28.580	8.574	30,00%	3.503	342	-	-	3.845
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	6.220	(1.082)	-	-	5.138
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	15.827	3.874	-	-	19.701
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.680	4.155	(4.000)	(277)	15.558
Total				41.230	7.289	(4.000)	(277)	44.242

Informações das investidas

	31/12/2016			
	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Investidas				
Elevações Portuárias	844.804	190.084	654.720	-
ALL Intermodal	93.499	30.052	63.447	1.900
ALL Serviços	10.837	1.299	9.538	(1.891)
ALL Malha Paulista	5.549.435	5.405.035	144.400	(141.348)
ALL Malha Norte	8.859.127	6.746.668	2.112.459	110.261
Boswells	20.679	-	20.679	(1)
Rail Management	370	180	190	(566)
Brado Holding	-	-	-	-
Paranaguá S.A.	3.078	(3.389)	6.467	(325)
Logisport	144.591	70.940	73.651	(341)
Rhall Terminais Ltda.	13.589	1.626	11.963	(91)
Terminal XXXIX	43.226	14.618	28.608	7.492
Termag S.A.	185.364	148.035	37.329	9.906
TGG S.A.	222.685	38.910	183.775	24.320

	31/12/2015			
	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Investidas				
ALL Malha Sul	2.858.654	2.650.938	207.716	(555.924)
ALL Intermodal	99.960	39.494	60.466	(21.639)
ALL Serviços	35.927	1.691	34.236	11.329
ALL Equipamentos	288	1	287	1
ALL Malha Paulista	4.985.257	4.945.106	40.151	(206.096)
ALL Malha Norte	6.602.844	4.564.083	2.038.761	169.097
Boswells	24.429	-	24.429	(2)
Rail Management	1.063	307	756	(1.466)
Brado Holding	820.642	302.664	517.978	(24.355)
Paranaguá S.A.	1.935	258	1.677	(10.975)
Rhall Terminais Ltda.	14.229	1.414	12.815	1.175
Terminal XXXIX	44.499	13.384	31.115	8.429
Termag S.A.	177.820	152.127	25.693	1.249
TGG S.A.	256.027	59.016	197.011	34.267

c) Não controladores

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de não controladores	Outros	Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Logisport Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%	-	-	-	36.089	36.089
Brado Participações	12.962.963	8.000.000	37,78%	195.692	10.096	-	12.849	218.637
ALL Malha Norte	1.189.412.363	6.419.174	0,54%	13.674	845	1.251	-	15.770
Rail Management	20.000	9.999	49,99%	379	(283)	-	-	96
Total				209.745	10.658	1.251	48.938	270.592

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Resultado de não controladores	Outros	Venda Ritmo	Saldo 31 de dezembro de 2015
Brado Participações	12.962.963	8.000.000	37,78%	218.742	(14.788)	(8.262)	-	195.692
Ritmo Logística S.A.	55.496.019	19.423.607	35,00%	32.470	375	-	(32.845)	-
ALL Malha Norte	1.189.412.363	6.419.174	0,54%	20.666	911	(7.903)	-	13.674
Rail Management	20.000	9.999	49,99%	2.820	(733)	(1.708)	-	379
Total				274.698	(14.235)	(17.873)	(32.845)	209.745

11 Imobilizado

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	328.618	24.283	5.888.834	412.420	6.359.873	975.752	13.989.780	5.146
Adições	-	-	23.965	1.641.543	46.010	3.814	1.715.332	5.202
Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	454.707	529.606	871.282	71.282	(910.472)	7.150	1.023.555	129.912
Baixas	(3.322)	-	(1.652)	(202)	(9.472)	(28.421)	(43.069)	-
Transferências	86.971	-	695.594	(1.456.481)	867.665	(190.303)	3.446	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	866.974	553.889	7.478.023	668.562	6.353.604	767.992	16.689.044	139.728
Valor de depreciação:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(72.624)	(7.306)	(2.405.353)	-	(1.983.801)	(499.439)	(4.968.523)	(424)
Adições	(19.709)	-	(643.309)	-	(505.277)	(72.688)	(1.240.983)	(481)
Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	(93.276)	(229.780)	67.498	-	96.324	(3.753)	(162.987)	(29.520)
Baixas	431	-	474	-	3.284	19.354	23.543	-
Transferências	(94.963)	-	4.714	-	(7.113)	94.387	(2.975)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(280.141)	(237.086)	(2.975.976)	-	(2.396.583)	(462.139)	(6.351.925)	(30.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	255.994	16.977	3.483.481	412.420	4.376.072	476.313	9.021.257	4.722
Saldo em 31 de dezembro de 2016	586.833	316.803	4.502.047	668.562	3.957.021	305.853	10.337.119	109.303

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 31 de dezembro de 2014	319.262	47.658	5.121.415	742.689	5.375.522	1.043.473	12.650.019	3.058
Adições	3.096	2.060	277.079	1.128.096	1	1.500	1.411.832	1.602
Baixas	-	(1.514)	(13.357)	-	(2.297)	(20.963)	(38.131)	-
Transferências	6.260	(23.921)	503.697	(1.458.365)	986.647	(48.258)	(33.940)	486
Saldo em 31 de dezembro de 2015	328.618	24.283	5.888.834	412.420	6.359.873	975.752	13.989.780	5.146
Valor de depreciação:								
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(62.860)	(17.095)	(1.918.715)	-	(1.606.490)	(486.159)	(4.091.319)	(178)
Adições	(11.104)	(4.579)	(524.197)	-	(398.784)	(58.093)	(996.757)	(246)
Baixas	-	1.264	1.482	-	305	1.018	4.069	-
Transferências	1.340	13.104	36.077	-	21.168	43.795	115.484	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(72.624)	(7.306)	(2.405.353)	-	(1.983.801)	(499.439)	(4.968.523)	(424)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	256.402	30.563	3.202.700	742.689	3.769.032	557.314	8.558.700	2.880
Saldo em 31 de dezembro de 2015	255.994	16.977	3.483.481	412.420	4.376.072	476.313	9.021.257	4.722

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$2.354 (R\$3.726 em 31 de dezembro de 2015) a taxa média de 6,46% a.a..

12 Intangível

	Consolidado					Controladora
	Ágio (i)	Direito de Concessão (ii)	Direito de passagem e licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	2.408.392	26.200	175.597	2.610.189	8.951
Adições	-	-	-	878	878	-
Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	100.451	5.254.572	924.637	11.496	6.291.156	608.314
Eliminação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(607.660)	-	(607.660)	-
Transferências	-	-	-	8.365	8.365	531
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.451	7.662.964	343.177	196.336	8.302.928	617.796
Valor de amortização:						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(262.302)	(17.699)	(79.380)	(359.381)	(3.692)
Adições	-	(48.656)	(724)	(14.550)	(63.930)	(1.372)
Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	-	-	(235.154)	(8.324)	(243.478)	(145.550)
Eliminação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	145.148	-	145.148	-
Transferências	-	-	-	2	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(310.958)	(108.429)	(102.252)	(521.639)	(150.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	2.146.090	8.501	96.217	2.250.808	5.259
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.451	7.352.006	234.748	94.084	7.781.289	467.182

	Consolidado					Controladora
	Ágio (i)	Direito de Concessão (ii)	Direito de passagem e licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	2.408.392	26.200	140.842	2.575.434	8.219
Adições	-	-	-	582	582	732
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	34.173	34.173	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	2.408.392	26.200	175.597	2.610.189	8.951
Valor de amortização:						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(213.646)	(16.975)	(69.596)	(300.217)	(2.505)
Adições	-	(48.656)	(724)	(9.784)	(59.164)	(1.187)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(262.302)	(17.699)	(79.380)	(359.381)	(3.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	2.194.746	9.225	71.246	2.275.217	5.714
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	2.146.090	8.501	96.217	2.250.808	5.259

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de períodos anteriores, sendo R\$62.922 da antiga controlada indireta Teaçu Armazéns Gerais S.A., incorporada pela Rumo Logística, e R\$37.529 da controlada indireta Logisport, apresentado somente no consolidado.
- (ii) A despesa é reconhecida na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.
- (iii) Refere-se a eliminação do intangível relacionado ao investimento na ALL Malha Paulista pela Rumo Logística uma vez que a mesma foi incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2016	31/12/2015
Licença de software (a)	20,00 %	27.158	13.900
Licença de operação e contratos com clientes (b)	3,70 %	234.748	238.710
Direito de concessão (c)	1,59 %	7.352.006	7.414.863
Outros		66.926	94.496
Total		7.680.838	7.761.969

a) Refere-se principalmente ao sistema de gestão empresarial - ERP da Companhia.

b) Licença de operação portuária e relacionamento com clientes da Elevações Portuárias, proveniente de combinação de negócios da Teaçú.

c) Refere-se ao direito de concessão alocado ao contrato da Malha Norte, proveniente da combinação de negócios da Rumo S.A., que será amortizado até o final dessa concessão em 2079.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 identificamos indicadores de *impairment*, como o aumento da taxa básica de juros, aliado à geração de resultados e EBITDA abaixo do projetado, levando à realização de teste de *impairment*, apesar de a Companhia não ter sofrido mudança no uso dos ativos, não ter apresentado obsolescência ou dano físico aos seus ativos, nem ter apresentado declínio de desempenho dos ativos. As unidades geradoras de caixa da Companhia coincidem com os seus segmentos (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores. A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante o prazo das concessões. Nesse contexto, fluxos de caixa descontados foram elaborados considerando a prorrogação das concessões, previstas contratualmente. A Administração já iniciou as tratativas com o poder concedente para a prorrogação dos contratos de concessão das malhas, e considerou altamente provável a renovação dessas concessões a partir da promulgação da Medida Provisória 752. Se essa premissa for alterada no futuro em função de um risco maior de não renovação, o valor contábil da UGC Operações Sul pode vir a exceder seu valor recuperável nos próximos exercícios.

As principais premissas utilizadas foram (i) expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, ao volume de exportação, (ii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária, e (iv) condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 11 a 15% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa. Uma variação de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 7% no valor recuperável dos segmentos. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e, portanto a flutuação do câmbio não teria efeito significativo no valor recuperável dos segmentos. O resultado dos testes de *impairment* por UGC está apresentado a seguir:

	<u>Valor de Livros (a)</u>	<u>Valor Recuperável</u>
Operações Norte	15.300.645	26.159.997
Operações Sul	2.404.578	2.795.083
Operação de Contêineres	413.185	n/a (b)

(a) Inclui imobilizado e intangível.

(b) A Operação de Contêineres não apresentou indicadores de *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 nenhum ativo e ágio teve seu valor consolidado reduzido por perda de valor recuperável. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		
		Taxa média anual de juros					
Descrição	Indexador (i)		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	Vencimento final
Empréstimos e financiamentos							
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$)	6,33%	-	-	86.140	3.898	2021
	CDI + 3,50% a.a.	18,12%	-	-	-	205.781	2016
	CDI + 4,91% a.a.	19,21%	-	-	163.815	195.632	2019
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,05%	711.229	-	1.232.984	413.367	2025
	URTJLP	11,40%	-	-	17	217	2017
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,52%	-	-	3.930	1.255	2024
	URTJLP	9,33%	257.464	14.604	2.663.459	2.425.610	2029
	IPCA	14,60%	-	-	3.453	-	2021
	Selic	13,65%	-	-	5.277	5.595	2020
FRN	Dólar (US\$) (ii)	2,63%	-	-	-	-	2016
Loan 4131	Dólar (US\$) (ii)	3,13%	-	90.684	-	90.684	2016
NCE	Dólar (US\$) (ii)	3,79%	-	-	-	126.669	2016
	CDI + 3,50% a.a.	17,61%	-	-	294.516	-	2018
	CDI + 3,47% a.a.	17,57%	-	-	80.486	-	2017
	112% do CDI	15,39%	-	-	120.069	406.805	2018
	129,62% do CDI	18,01%	-	-	552.576	304.644	2023
			968.693	105.288	5.206.722	4.180.157	
Debêntures							
Debêntures conversíveis	TJLP + 1,5%	9,01%	-	-	-	2.592	2016
Debêntures não conversíveis	108 % do CDI	14,80%	-	-	350.852	526.285	2018
	Pré-fixado	13,13%	-	-	163.862	161.175	2020
	% Receita Líquida	-	-	-	-	30.316	2016
	CDI + 1,30% a.a.	15,11%	300.183	775.227	300.183	775.227	2017
	CDI + 3,50% a.a.	17,61%	-	-	2.347.271	-	2023
	CDI + 2,05% a.a.	15,96%	154.235	-	154.285	-	2018
	CDI + 1,30% a.a.	15,96%	992.335	859.334	-	-	2018
		1.446.753	1.634.561	3.316.453	1.495.595		
Total			2.415.446	1.739.849	8.523.175	5.675.752	
Circulante			487.928	36.881	1.467.725	1.254.743	
Não circulante			1.927.518	1.702.968	7.055.450	4.421.009	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(ii) Havia contratos de swap para essas dívidas e as taxas médias anuais de juros contemplaram os efeitos desses instrumentos.

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia e suas controladas, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,7% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$3.197.176 (R\$3.006.201 em 31 de dezembro de 2015).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 14,06% e TJLP de 7,5%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
13 a 24 meses	1.326.453	843.654	1.444.347	1.768.814
25 a 36 meses	173.001	-	1.100.804	864.416
37 a 48 meses	122.677	-	1.514.292	509.104
49 a 60 meses	90.922	859.314	1.164.566	537.376
61 a 72 meses	77.124	-	945.894	250.544
73 a 84 meses	73.146	-	518.839	112.712
85 a 96 meses	64.195	-	139.007	67.831
A partir de 97 meses	-	-	227.701	310.212
	1.927.518	1.702.968	7.055.450	4.421.009

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Reais (R\$)	8.437.035	5.458.399
Dólar (US\$)	86.140	217.353
Total	8.523.175	5.675.752

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

FRN – Floating-Rate Note

Empréstimo com taxa de juro variável relacionada a um ponto de referência, tais como a taxa de Títulos do Tesouro Norte-americano, LIBOR, os *Fed Funds* ou a taxa básica de juros. São emitidos principalmente por instituições financeiras e governos e normalmente possuem de dois a cinco anos para vencimento.

Loan 4.131

Empréstimo sob o amparo da Lei nº 4131/62, referiam-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2016, com objetivo de financiar o fluxo de caixa da Companhia e controladas. Para mitigar risco de câmbio e taxa de juros foram contratados instrumentos derivativos cuja taxa de juros trocada foi para 84,3% do CDI.

Os contratos da Companhia possuíam cláusulas restritivas financeiras, sendo montantes de dívida líquida pelo EBTIDA, assim como índice de endividamento de curto prazo pelo endividamento total.

Nota de crédito de exportação - NCE

As notas de créditos foram liquidadas por meio de exportação, mediante a comprovação de transporte do produto de exportação efetuados. Sendo uma contratação no montante de US\$126.669, em que incidiram variação cambial do dólar norte-americano e juros fixos anuais de 3,40%, com prazo de vencimento final em julho de 2016.

Debêntures

Em 31 de junho de 2016, a controlada ALL Malha Norte efetuou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$2.433.269, com vencimento em junho de 2023. As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Rumo S.A.. Os recursos captados foram utilizados no processo de reperfilamento de parte das dívidas da Companhia e suas controladas, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Linha de crédito não utilizado

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$541.639 (R\$1.163.486 em 31 de dezembro de 2015).

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O *ratio* pactuado é de até 4,5x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,1x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2016. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos às cláusulas de “covenants”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

14 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	181	-	2.407	1.855
INSS	1.768	24	5.930	4.730
PIS	467	149	988	489
COFINS	2.778	696	5.293	1.801
Parcelamento de débitos – Refis	902	-	23.709	23.562
ISS	-	-	3.364	8.411
IOF	-	2.827	2.992	8.164
Outros	1.529	-	5.131	5.632
	7.625	3.696	49.813	54.644
Circulante	7.625	3.696	32.757	28.547
Não circulante	-	-	17.056	26.097

Os montantes vencíveis no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
13 a 24 meses	7.617	5.639
25 a 36 meses	6.042	5.417
37 a 48 meses	1.015	4.660
49 a 60 meses	694	845
61 a 72 meses	521	293
73 a 84 meses	521	293
85 a 96 meses	442	293
A partir de 97 meses	204	8.657
	17.056	26.097

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.221.972)	(1.176.643)	(1.249.712)	(1.287.628)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	415.470	400.059	424.902	437.794
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(266.410)	(266.410)	2.849	2.478
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	-	-	10.092	29.039
Diferença de alíquota de LP e LR	-	-	-	1.133
Diferenças Permanentes (doações, brindes, etc.)	-	886	-	(2.023)
Amortização de Ágio (Realização)	(16.543)	(16.653)	-	1.853
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas (i)	(1.909)	(112.324)	(283.004)	(363.059)
Outros	(5.344)	(5.558)	(15.109)	(10.465)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	125.264	-	139.730	96.750
Taxa efetiva	10,25%	0,00%	11,18%	7,51%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias das Malhas Sul e Oeste, que nas condições atuais não possuem previsibilidade de geração de lucros tributários que justifiquem a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	Controladora				31/12/2015
	31/12/2016				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	956.345	239.086	-	239.086	-
Base negativa de contribuição social	1.076.706	-	96.904	96.904	-
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - Regime de caixa	428	107	39	146	-
Combinação de negócios - Imobilizado	(1.392)	(348)	(125)	(473)	-
Combinação de negócios - Intangível	(226.970)	(56.743)	(20.427)	(77.170)	-
Provisão <i>impairment</i>	89.196	22.299	8.028	30.327	-
Provisão para contingências	35.651	8.913	3.209	12.122	-
Provisão para participação nos resultados	13.613	3.403	1.225	4.628	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	2.444	611	220	831	-
(-) Créditos não registrados	(2.134.426)	(264.430)	(106.027)	(370.457)	-
Outros	44.291	11.071	3.986	15.057	-
Total de tributos diferidos passivo	(144.114)	(36.031)	(12.968)	(48.999)	

Descrição	Consolidado				31/12/2015
	31/12/2016			Total	
	Base	IRPJ	CSLL		
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	6.014.829	1.503.707	-	1.503.707	1.740.580
Base negativa de contribuição social	6.222.283	-	560.005	560.005	-
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - Regime de caixa	1.384	346	125	471	723
Resultado não realizado com derivativos	(3.013)	(753)	(271)	(1.024)	-
Depreciação acelerada	(68.495)	(17.124)	(6.165)	(23.289)	(20.192)
Ágio fiscal amortizado	(57.983)	(14.496)	(5.219)	(19.715)	36.962
Revisão de vida útil	871.854	217.963	78.467	296.430	-
Combinação de negócios - Imobilizado	508.143	127.036	45.733	172.769	-
Combinação de negócios - Intangível	(7.586.019)	(1.896.505)	(682.742)	(2.579.247)	-
Provisão <i>Impairment</i>	854.324	213.581	76.889	290.470	350.325
Provisão para demandas judiciais	623.730	155.932	56.136	212.068	188.446
Provisão para não realização de impostos	65.512	16.378	5.896	22.274	17.802
Provisão para participação nos resultados	51.182	12.795	4.606	17.401	18.360
Capitalização de juros sobre empréstimos	(955)	(239)	(86)	(325)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	53.305	13.326	4.797	18.123	16.562
(-) Créditos não registrados	(8.408.285)	(1.281.036)	(472.034)	(1.753.070)	(1.526.639)
Outros	136.437	34.112	12.280	46.392	246.790
Total	(721.767)	(914.977)	(321.583)	(1.236.560)	1.069.719
Tributos diferidos - Ativos				1.160.968	1.069.719
Tributos diferidos - Passivos				(2.397.528)	-
Total de tributos diferidos				(1.236.560)	1.069.719

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	1.069.719
Resultado	103.809	189.205
Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	(152.808)	(2.497.324)
Outros	-	1.840
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(48.999)	(1.236.560)

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Materiais e serviços	38.890	604	404.657	149.000
Combustíveis e lubrificantes	-	43	706	80.961
Outros	11.481	35.853	160.147	138.182
Total	50.371	36.500	565.510	368.143
Circulante	50.371	36.500	564.942	368.143
Não circulante (i)	-	-	568	-

(i) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica de “outras contas a pagar” do passivo não circulante.

17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	2.595	-	74.472	61.999
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.947	-	154.187	122.604
Trabalhistas	25.373	8.910	278.363	287.502
	29.915	8.910	507.022	472.105

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	5.642	16	25.115	17.948
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.220	1.360	154.035	161.177
Trabalhistas	9.895	5.328	120.726	75.589
	16.757	6.704	299.876	254.714

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	-	8.910	8.910
Provisionados no exercício	-	963	618	1.581
Baixas por reversão / pagamento	-	(321)	(3.419)	(3.740)
Atualização monetária	-	717	161	878
Depósito judicial	-	-	(2.985)	(2.985)
Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	2.595	588	22.088	25.271
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.595	1.947	25.373	29.915

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	61.999	122.604	287.502	472.105
Provisionados no exercício	3.896	14.740	76.344	94.980
Baixas por reversão / pagamento	(2.806)	(8.698)	(120.486)	(131.990)
Atualização monetária	8.696	24.953	12.723	46.372
Efeito de reorganização societária (Nota 3 b)	2.687	588	22.280	25.555
Saldo em 31 de dezembro de 2016	74.472	154.187	278.363	507.022

a) Tributárias

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS - Crédito de Material (i)	-	-	53.261	50.169
Compensações de tributos federais com créditos de PIS e COFINS	297	-	2.115	1.697
Outros	2.298	-	19.096	10.133
	2.595	-	74.472	61.999

- (i) Os valores provisionados referem-se, essencialmente, a glosa de créditos de ICMS na aquisição de insumos de produção. No entendimento do Fisco, referidos insumos estariam classificados como materiais de uso e consumo, não gerando direito aos créditos de ICMS.

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações financeiras no exterior (i)	-	-	986.179	911.942
Ganho de capital ALL S.A. (ii)	483.723	446.535	483.723	446.535
Multa isolada tributo federal (iii)	397.441	-	397.441	-
ICMS - Exportação (iv)	-	15.365	189.313	134.732
MP 470 parcelamento de débitos (v)	-	-	120.132	113.814
PIS/COFINS Tráfego Mútuo (vi)	-	-	38.285	92.680
Intermodal (vii)	-	-	81.247	76.914
PIS e COFINS	-	-	3.280	-
IRRF Swap (viii)	-	-	68.382	63.034
Plano de Opção de Compra de Ações (ix)	53.426	49.551	62.216	57.554
PIS/COFINS Malha Sul (x)	-	-	-	50.265
Contribuições Previdenciárias (xi)	-	-	43.764	40.855
ICMS Armazéns Gerais (xii)	-	-	60.029	53.713
IOF s/ Mútuo (xiii)	1.911	1.789	54.896	49.844
IRPJ/CSLL (xiv)	130.328	32.839	283.678	46.771
ICMS TAD (xv)	70	-	58.236	37.317
Compensação com crédito prêmio (xvi)	-	-	38.505	-
Outros	31.514	9.838	202.292	163.916
	1.098.413	555.917	3.171.598	2.339.886

- (i) Operações financeiras no exterior: Autos de Infração lavrados para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativos aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes supostas infrações: (a) dedução indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior, (b) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo Governo da Áustria e pelo Governo da Espanha, (c) não inclusão, no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSL, dos ganhos auferidos em operações de swap, e não tributação das receitas financeiras decorrentes de tais contratos pelo PIS e pela COFINS, (d) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, realizada a título de créditos de PIS e COFINS, (e) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida.
- (ii) Ganho de capital ALL S.A.: Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Rumo S.A. relativo a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (iii) Multa Isolada / PIS- COFINS / REPORTE: A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob o fundamento de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (iv) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

- (v) MP 470 parcelamento de débitos: A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Malha Sul e pela Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (vi) PIS/COFINS Tráfego Mútuo: A Receita Federal autuou a ALL Malha Paulista pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a ALL Malha Norte. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela concessionária responsável pelo transporte na origem.
- (vii) Intermodal: Auto de infração contra a ALL Intermodal emitido pela Receita Federal relativo a glosa de despesas correspondentes ao pagamento de parcelas variáveis de contrato de arrendamento. A chance de perda é considerada como possível, já que a despesa é usual e necessária às operações da empresa.
- (viii) IRRF Swap: A ALL Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (ix) Plano de Opção de Compra de Ações: Auto de infração emitido pelo fisco federal relativo ao não recolhimento de contribuição previdenciária sobre planos de opção de compra de ações da Companhia oferecidos a seus empregados, com base no entendimento que eles tinham natureza de remuneração por serviços prestados.
- (x) PIS/COFINS Malha Sul: Em 2012, a ALL Malha Sul protocolou pedido de restituição de créditos de PIS/COFINS sobre combustíveis sob a alegação de que os valores cobrados no preço superam o valor do crédito efetivo. Ocorre que a Receita Federal não reconheceu o pedido de restituição e aplicou multa por entender indevido o pedido. A ALL Malha Sul recorreu e obteve decisão favorável do CARF, sendo reavaliado como perda remota.
- (xi) Contribuições Previdenciárias: O fisco federal autuou a ALL Malha Paulista pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas de natureza indenizatória. A probabilidade de perda é considerada como possível pela natureza das verbas, bem como pelo seu caráter de eventualidade.
- (xii) ICMS Armazéns Gerais: Em 2013 a ALL Armazéns Gerais filial de São Paulo recebeu auto de infração do fisco Estadual de São Paulo sob a alegação de que a empresa não estava autorizada a operar como Armazém Geral naquele Estado. A empresa recorreu do auto na esfera administrativa. Ocorre que a empresa está devidamente registrada na junta comercial com o objeto social de armazéns gerais, bem como o mesmo objeto está registrado na Receita Federal e fisco estadual. À época da liberação da inscrição estadual o fisco liberou a atividade da empresa, inclusive para emissão de notas fiscais.
- (xiii) IOF s/ Mútuo: O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.

(xiv) **IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas:** Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de a Rumo S.A. teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Rumo S.A. sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Rumo S.A. atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Adição do exercício referente a processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.

(xv) **ICMS TAD:** O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. Conforme demonstrado pela empresa, na verdade, as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.

(xvi) **Compensação com crédito prêmio:** A ALL Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003. Aguarda-se ajuizamento de Execução Fiscal (fase pré-judicial).

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis (i)	297.854	381.193	1.513.003	1.222.809
Regulatórias (ii)	1.193	-	397.414	339.267
Ambientais (iii)	2.440	1.323	351.915	295.174
	301.487	382.516	2.262.332	1.857.250

(i) **Cíveis:** As controladas são parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.

- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reclamações trabalhistas (i)	126.821	9.325	712.973	485.933
	126.821	9.325	712.973	485.933

- (i) A Companhia e suas controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

18 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

	31/12/2016				31/12/2015
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
<u>Pagamentos mínimos futuros</u>	604.494	891.699	341.248	1.837.441	2.196.200
Material rodante	573.809	802.308	240.602	1.616.719	1.953.414
Terminal	23.467	83.837	100.646	207.950	232.148
Outros	7.218	5.554	-	12.772	10.638
<u>Juros na parcela</u>	(131.862)	(233.124)	(74.912)	(439.898)	(454.499)
Material rodante	(115.582)	(190.524)	(52.052)	(358.158)	(357.416)
Terminal	(15.083)	(41.668)	(22.860)	(79.611)	(96.069)
Outros	(1.197)	(932)	-	(2.129)	(1.014)
Valor presente dos pagamentos mínimos	472.632	658.575	266.336	1.397.543	1.741.701
Passivo circulante				472.632	539.615
Passivo não circulante				924.911	1.202.086

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns os contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Arrendamentos operacionais

	31/12/2016				31/12/2015
	Total dos pagamentos mínimos futuros				Total
Bens	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
Locomotivas	573	1.773	-	2.346	14.890
Vagões	8.174	28.370	10.576	47.120	39.410
Total	8.747	30.143	10.576	49.466	54.300

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

19 Arrendamentos e concessões

	31/12/2016			31/12/2015
	Arrendamento	Concessões	Total	Total
Valores a pagar:				
Malha Sul	42.582	31.125	73.707	65.905
Malha Paulista	32.684	20.295	52.979	24.944
	75.266	51.420	126.686	90.849
Valores em discussão judicial:				
Malha Paulista	1.226.902	118.820	1.345.722	1.175.698
Malha Oeste	1.066.842	68.556	1.135.398	957.697
	2.293.744	187.376	2.481.120	2.133.395
Total	2.369.010	238.796	2.607.806	2.224.244
Passivo circulante			27.662	20.205
Passivo não circulante			2.580.144	2.204.039
			2.607.806	2.224.244

Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em abril de 2004, ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Cautelar e, posteriormente, Ação Declaratória perante a 21ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos expressos no edital de licitação.

A ALL Malha Paulista requereu a concessão de liminar para suspensão do pagamento das parcelas dos contratos de concessão e arrendamento, vencidas e vincendas, bem como a compensação do saldo credor decorrente das verbas trabalhistas pagas pela Rumo S.A. com o valor cobrado pela União. Em abril de 2005, a liminar foi deferida, suspendendo-se a exigibilidade das parcelas por 90 dias, determinando-se a realização de perícia. Em julho de 2005, foi prorrogada a suspensão da exigibilidade por mais 90 dias. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2006, foi deferido pedido de suspensão da exigibilidade das parcelas, mediante depósito. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até outubro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. Em outubro de 2015 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, permitindo que a Companhia realize a compensação de parte dos valores reclamados em contra partida ao débito apresentado. Não obstante, a Companhia entende que todo valor discutido no processo é passível de compensação, em razão da previsão constante nas cláusulas 7 e 10 do Edital de Licitação.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável relativo ao valor da sentença concedida e como possível em relação às verbas rescisórias, mas mantém o registro do débito por se tratar de obrigação contratual.

A ALL Malha Oeste também pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Rumo S.A. por seguro garantia.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de compensação.

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 referentes às ações acima mencionadas totalizam:

	31/12/2016
Malha Paulista	118.820
Malha Oeste	19.464
	138.284

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 17.

20 Certificado recebíveis imobiliários- CRI

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

Terminal	Taxa	Prazo	Data inicial	Controladora		Consolidado	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Terminal Intermodal de Tatuí-SP	12,38% a.a. - hedge 100% CDI	31/03/2018	29/02/2008	31.805	55.753	31.805	55.753
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	-	-	163.940	229.253
				31.805	55.753	195.745	285.006
Passivo circulante				26.995	19.682	105.422	88.089
Passivo não circulante				4.810	36.071	90.323	196.917

Os certificados de recebíveis imobiliários não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
13 a 24 meses	90.323	114.323
25 a 36 meses	-	82.594
	90.323	196.917

21 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social autorizado pode ser aumentado em até 7.000.000.000 novas ações, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que tem a competência para fixar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$7.014.897 e estão representadas por 1.339.015.898 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A movimentação do capital social e das ações está demonstrada a seguir:

	Capital Social	Ações Ordinárias
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.448.283	681.995.165
Aumento de capital (i)	2.141.699	3.012.634.776
Saldo em 30 de dezembro de 2016	5.589.982	3.694.629.941
Relação de substituição de ações (ii)	-	(3.694.629.941)
Aumento de capital (iii)	1.424.915	1.339.015.898
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.014.897	1.339.015.898

- (i) Aportes de capital no valor de R\$2.141.699 pela extinta controladora direta Rumo Logística.
- (ii) Relação de Substituição e concomitante cancelamento das ações de emissão da Companhia detidas pela Rumo Logística.
- (iii) Aumento de capital devido à incorporação da extinta Rumo Logística pela Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 1.

b. Reserva de capital

A Companhia apresenta uma reserva de capital em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$2.261.666 originado na incorporação do acervo patrimonial da extinta controladora direta Rumo Logística.

c. Outros componentes do patrimônio líquido

	31/12/2015	Resultado abrangente		31/12/2016
		Base	Líquido	
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	(2.072)	6.188	6.188	4.116
Perdas atuariais com plano de pensão	-	(1.154)	(1.154)	(1.154)
<i>Hedge accounting</i>	228	(228)	(228)	-
Custo atribuído	3.856	(329)	(329)	3.527
Total	2.012	4.477	4.477	6.489

d. Não controladores

Conforme mencionado no item “a” subitem “iv”, o aumento de capital na Companhia originado na incorporação do acervo patrimonial da Rumo Logística refletiu em incremento de R\$48.938 na participação de acionistas não controladores.

e. Incentivos fiscais – SUDAM

A ALL Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2016 sobre o lucro da exploração foi de R\$10.092 neste período, contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte.

22 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo o prejuízo líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Básico e diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador		
Resultado do exercício	(1.063.230)	(1.176.643)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação		
Considera relação de substituição de ações	2.374.094	681.995
Prejuízo básico por ação ordinária	(R\$0,448)	(R\$1,725)
Prejuízo diluído por ação ordinária	(R\$0,448)	(R\$1,725)

Instrumentos antidilutivos

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Rumo S.A. determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio Rumo S.A.. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível.

O plano de pagamento baseado em ações está fora do dinheiro (*out-of-the-money*), ou seja, o preço de exercício das opções outorgadas é superior ao preço médio das ações negociadas na BM&F Bovespa durante o período, assim, tais instrumentos financeiros têm efeito antidilutivo nos períodos apresentados.

23 Pagamento baseada em ações

Programa 2015

Em 02 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Rumo Logística aprovou a criação do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações – Ano Calendário de 2015 (“Programa 2015”).

Um total de 4.485.238 opções foram outorgadas ao preço de exercício de R\$6,30 (a ser corrigido pelo IPCA até a data do exercício). Esse plano tem um período de aquisição (*vesting period*) único de 5 anos, podendo o exercício das opções ser feito entre 01 de outubro de 2020 e 2022.

As opções poderão ser exercidas com a emissão de novas ações ordinárias ou ações em tesouraria que a Companhia possa ter.

O valor justo do plano de remuneração em ações foi estimado adotando-se o modelo *Black and Scholes*, com as seguintes premissas:

	02/10/2015
Valor de mercado das ações na data da outorga – R\$	6,30
Expectativa de exercício (em anos)	5
Taxa de juros	15,66%
Volatilidade	62,94%
Valor justo médio ponderado na data de concessão – R\$	2,83

Expectativa de exercício – O prazo esperado pela Companhia para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções logo após o período de carência.

Volatilidade esperada – A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia.

Taxa de juros isenta de risco – A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBOVESPA na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

Em 31 de dezembro de 2016, R\$3.889 haviam sido reconhecidos como despesa (R\$635 em 2015). A despesa a ser reconhecida nos próximos exercícios totalizava R\$8.808 em 31 de dezembro de 2016 (R\$12.062 em 2015).

A movimentação do plano no exercício foi:

	Quantidade total de opções	Preço de exercício médio ponderado
02 de outubro de 2015 concessões	4.485.238	8,00
Opções canceladas	(325.000)	8,00
31 de dezembro de 2016	4.160.238	8,00

Plano anterior (antigo plano ALL.)

Com o processo de aquisição da Companhia pela Rumo Logística, o plano de remuneração baseado em ações lá existente foi cancelado e assumido pela Rumo Logística. Com isso o valor justo das opções existentes e assumidas pela Rumo Logística foi recalculado na data da incorporação em 01 de abril de 2015.

O total de 1.478.659 opções foi assumido pela Rumo Logística a um valor justo médio por opção de R\$0,18 apurado pelo método binomial. O preço médio de exercício é de R\$5,03. Esta mensuração gerou uma despesa total relativa ao plano de R\$264.

24 Receita operacional bruta

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta na venda de serviços	44.769	44.605	4.718.110	4.538.388
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(4.010)	(4.144)	(406.397)	(389.572)
Receita operacional líquida	40.759	40.461	4.311.713	4.148.816

Abertura da receita líquida de venda de serviços:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Transportes	-	-	4.092.229	3.907.310
Outros	40.759	40.461	219.484	241.506
	40.759	40.461	4.311.713	4.148.816

25 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Material de uso na prestação serviço	-	-	(165.849)	-
Mão de obra contratada	(5.828)	-	(291.138)	-
Despesas com pessoal	-	(1.314)	(588.559)	(519.927)
Despesas com transporte e elevação	-	(8.486)	(1.239.990)	(1.628.950)
Depreciação e amortização	(50.508)	(49.837)	(1.291.307)	(1.055.921)
Arrendamento e concessão	-	-	(193.637)	(185.159)
Arrendamento mercantil operacional	-	-	(38.977)	(24.364)
Outras despesas	(1.029)	(11.168)	(212.554)	(349.738)
	(57.365)	(70.805)	(4.022.011)	(3.764.059)

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(48.387)	(55.465)	(3.771.308)	(3.460.347)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(8.978)	(15.340)	(250.703)	(303.712)
	(57.365)	(70.805)	(4.022.011)	(3.764.059)

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo da dívida bruta				
Juros sobre dívidas	(258.643)	(286.477)	(796.791)	(663.631)
Variação cambial líquida sobre dívidas	12.926	(45.951)	15.362	(62.255)
Ganho (perda) de derivativos de dívidas	(16.914)	13.760	(15.519)	26.155
	<u>(262.631)</u>	<u>(318.668)</u>	<u>(796.948)</u>	<u>(699.731)</u>
Rendimento de aplicação financeira	<u>276</u>	<u>5.216</u>	<u>137.509</u>	<u>126.274</u>
	276	5.216	137.509	126.274
Custo da dívida, líquida	<u>(262.355)</u>	<u>(313.452)</u>	<u>(659.439)</u>	<u>(573.457)</u>
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	976	5.928	78.528	50.716
Arrendamento e concessão	-	-	(296.118)	(230.361)
Arrendamento mercantil	(826)	-	(207.687)	(182.835)
Despesas bancárias e outros	(3.021)	(3.621)	(157.862)	(90.732)
Certificado recebíveis imobiliários	(5.975)	(10.143)	(39.671)	(52.494)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(756)	(1.099)	(103.472)	(98.817)
Outros encargos e variações monetárias	(1.402)	(7.854)	(67.615)	(91.406)
	<u>(11.004)</u>	<u>(16.789)</u>	<u>(793.897)</u>	<u>(695.929)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(273.359)</u>	<u>(330.241)</u>	<u>(1.453.336)</u>	<u>(1.269.386)</u>
Despesas financeiras	(269.494)	(309.194)	(1.670.107)	(1.387.928)
Receitas financeiras	(488)	11.144	216.036	176.990
Variação cambial	13.537	(45.951)	16.254	(84.603)
Derivativos	(16.914)	13.760	(15.519)	26.155
Resultado financeiro, líquido	<u>(273.359)</u>	<u>(330.241)</u>	<u>(1.453.336)</u>	<u>(1.269.386)</u>

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de provisão para demandas judiciais	(120)	(4.733)	(19.372)	(275.392)
Resultado na venda de inservíveis	-	5.565	-	54.567
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	2	(11.796)	(11.801)
Gastos com aquisição de novos negócios ⁽ⁱ⁾	-	(33.000)	-	(33.000)
Recuperação de sinistros	-	-	3.278	-
Remediações	-	-	-	(44.930)
Outras receitas (despesas) líquidas	608	(332)	17.548	(99.732)
	<u>488</u>	<u>(32.498)</u>	<u>(10.342)</u>	<u>(410.288)</u>

- (i) Os referidos gastos correspondem principalmente a operações relacionadas com a aquisição do controle da Rumo S.A. pela Companhia.

28 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Disponível para venda		
Títulos e valores mobiliários	916.593	508.268
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos exclusivos)	-	1.172
Instrumentos financeiros derivativos	3.669	18.501
	3.669	19.673
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	260.527	34.660
Contas a receber de clientes	431.461	121.237
Recebíveis de partes relacionadas	28.814	75.851
Caixa restrito	200.999	200.893
	921.801	432.641
Total	1.842.063	960.582
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.523.175	5.675.752
Arrendamento mercantil	1.397.543	1.741.701
Certificado de recebíveis imobiliários	195.745	285.006
Fornecedores	564.942	368.143
Outros passivos financeiros	177.569	236.697
Pagáveis a partes relacionadas	106.710	1.030.089
Dividendos a pagar	6.729	7.371
Parcelamento de débitos - REFIS	23.709	23.562
	10.996.122	9.368.321
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	12.303	20.281
	12.303	20.281
Total	11.008.425	9.388.602

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias, o valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos ao custo amortizado apresentado acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbios da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	-	214.399	-	35.486
Contratos de <i>Swap</i> (Juros)	171.606	182.892	(8.634)	(37.266)
	171.606	397.291	(8.634)	(1.780)
Total de instrumentos contratados pela Companhia	171.606	397.291	(8.634)	(1.780)
Ativos			3.669	18.501
Passivos			(12.303)	(20.281)

(a) **Risco de crédito**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	260.527	35.832
Títulos e valores mobiliários (ii)	916.593	508.268
Caixa restrito (ii)	200.999	200.893
Contas a receber de clientes (i)	431.461	121.237
Recebíveis de partes relacionadas (i)	28.814	75.851
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	3.669	18.501
	<u>1.842.063</u>	<u>960.582</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado, como demonstrado na nota 13, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2016</u>
AA+	74.533
A+	20.964
AA-	<u>1.286.291</u>
em 31 de dezembro de 2016	1.381.788

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2016				31/12/2015
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.339.995)	(2.236.226)	(5.195.933)	(2.202.859)	(11.975.013)
Fornecedores	(564.942)	-	-	-	(564.942)
Outros passivos financeiros (i)	(177.569)	-	-	-	(177.569)
Parcelamento de débitos - REFIS	(7.515)	(7.237)	(7.727)	(2.604)	(25.083)
Arrendamento mercantil	(588.428)	(349.744)	(563.007)	(323.711)	(1.824.890)
Certificado recebíveis imobiliários	(138.824)	(104.804)	-	-	(243.628)
Pagáveis a partes relacionadas	(106.710)	-	-	-	(106.710)
Dividendos a pagar	(6.729)	-	-	-	(6.729)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.303)	(4.388)	(6.598)	-	(21.289)
	(3.941.015)	(2.702.399)	(5.773.265)	(2.529.174)	(14.945.853)

- (i) Em 31 de dezembro de 2016 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$177.569 (R\$236.697 em 31 de dezembro de 2015). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utilize derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

- **Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	16	3.784
Adiantamento a fornecedores	58.627	85.155
Fornecedores	(21.707)	(15.894)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(86.140)	(217.353)
Instrumentos financeiros derivativos (notional)	-	214.399
Exposição cambial, líquida	(49.204)	70.091

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2016, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$) (R\$/€)						
31/12/2016	Cenários					
	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Dólar	3,2591	3,6000	4,5000	5,4000	2,7000	1,8000

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do USD	2	4	9	(4)	(9)
Adiantamento a fornecedores	Baixa do USD	6.132	16.190	32.380	(16.190)	(32.380)
Fornecedores	Alta do USD	(2.271)	(5.994)	(11.989)	5.994	11.989
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do USD	(9.010)	(23.788)	(47.575)	23.788	47.575
Impactos no resultado do exercício		(5.147)	(13.588)	(27.175)	13.588	27.175

- **Risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	31/12/2016				
Exposição taxa de juros⁽ⁱ⁾	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras, Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito	131.982	32.996	65.991	(32.996)	(65.991)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(824.626)	(206.157)	(412.313)	206.157	412.313
Instrumentos financeiros derivativos	(14.692)	(3.673)	(7.346)	3.673	7.346
Certificado recebíveis imobiliários	(31.013)	(7.753)	(15.507)	7.753	15.507
Arrendamento mercantil	(88.905)	(22.226)	(44.453)	22.226	44.453
Impactos no resultado do exercício	(827.254)	(206.813)	(413.628)	206.813	413.628

(i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 14,06% a.a. e 7,5% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de ações é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 13.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Ativos financeiros de R\$3.669 e passivos financeiros de R\$12.303 estão mensurados a valor justo de acordo com o Nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

Hedge accounting de fluxo de caixa

A Companhia designa formalmente suas operações sujeitas a *hedge accounting*, os quais tem o objetivo de proteção de fluxos de caixa das aquisições de capex em dólares, relacionados principalmente a aquisição de vagões e locomotivas, documentados: (i) a relação do *hedge*, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em adotar o *hedge*, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem operações com instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge accounting*.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

29 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Segmentos operacionais

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da ALL Malha Norte e da ALL Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da ALL Malha Sul e da ALL Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

31/12/2016				
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita líquida	2.948.613	1.097.700	265.400	4.311.713
Custo dos serviços prestados	(2.177.308)	(1.272.600)	(321.400)	(3.771.308)
Lucro bruto	771.305	(174.900)	(56.000)	540.405
Margem bruta (%)	26,2%	-15,9%	-21,1%	12,5%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(144.103)	(63.700)	(42.900)	(250.703)
Outras receitas operacionais e equivalência patrimonial	(10.562)	(7.100)	15.700	(1.962)
Depreciação e amortização	859.840	379.030	52.437	1.291.307
EBITDA	1.476.480	133.330	(30.763)	1.579.047
Margem EBITDA (%)	50,1%	12,1%	-11,6%	36,6%

31/12/2015				
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita líquida	2.723.342	1.115.951	309.523	4.148.816
Custo dos serviços prestados	(2.095.552)	(1.084.686)	(280.109)	(3.460.347)
Lucro bruto	627.790	31.265	29.414	688.469
Margem bruta (%)	23,1%	2,8%	9,5%	16,6%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(171.646)	(76.167)	(55.899)	(303.712)
Outras despesas operacionais e equivalência patrimonial	(312.750)	(96.335)	6.086	(402.999)
Depreciação e amortização	797.726	196.723	61.472	1.055.921
EBITDA	941.120	55.486	41.073	1.037.679
Margem EBITDA (%)	34,6%	5,0%	13,3%	25,0%

Principais clientes

Operações Norte

Em 2016, 16,0% da receita operacional líquida desse segmento foi para a Bunge Alimentos, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%. Em 2015, 16,8% da receita operacional líquida desse segmento foi para a Bunge Alimentos, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%.

Operações Sul

Em 2016, 15,8% da receita operacional líquida desse segmento foi para a Bunge Alimentos, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%. Em 2015, 14,9% da receita operacional líquida desse segmento foram para a Bunge Alimentos e 11,4% para a usina de Açúcar Santa Terezinha, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%.

Operações de Contêineres

Em 2016, 13,9% da receita operacional líquida desse segmento foram para a JBS, 9,6% para a Cofco, 7,9% para a ADM do Brasil e 6,7% para a Eldorado. Em 2015, 12,3% da receita operacional líquida desse segmento foram para a JBS e 10,3% para a ADM do Brasil.

30 Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2017, através de sua subsidiária, Rumo Luxembourg Sarl ("Rumo Luxembourg"), a Companhia emitiu títulos de dívida no mercado internacional, *Senior Notes due 2024* ("Notas 2024"), no valor total de US\$750.000, com vencimento em Fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente.

As Notas 2024 receberam classificação BB- pelas agências de *rating* *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*. A Rumo S.A. utilizará os recursos líquidos decorrentes desta captação para quitação antecipada de dívidas, como parte do processo de gestão da estrutura de capital da Companhia, tendo como um dos objetivos a diversificação das fontes de financiamento do plano de investimentos da Rumo S.A..

* * *